

RISCO, TRABALHO E MASCULINIDADE. UM ESTUDO SOBRE OS TRABALHADORES DO SETOR ELÉTRICO

RISK, WORK AND MASCULINITY. A STUDY ABOUT THE ELECTRICITY SECTOR WORKERS

RIESGO, TRABAJO Y MASCULINIDAD. UN ESTUDIO SOBRE LOS TRABAJADORES DEL SECTOR ELÉCTRICO

Julice Salvagni¹

Resumo: Este estudo é parte de uma dissertação de mestrado (2011) que abordou aspectos referentes ao risco de trabalho no setor elétrico. Neste artigo, dá-se ênfase a uma análise sobre as noções de subjetivação da masculinidade que passam a realidade de trabalho dos eletricitários e que estão diretamente relacionadas ao entendimento de risco de acidentes. Para além do risco de acidentes físicos, compreende-se que os riscos se constituem na esfera do invisível (fatores sócio-psicológicos). Destacam-se elementos de ordem subjetiva que constituem a relação dos trabalhadores com as noções de tempo, para ser possível abordar a concepção do risco. As falas dos trabalhadores são postas em diálogo com autores como Dejours, Giddens e Bourdieu. O texto traz elementos descritivos que possibilitam elucidar as relações entre trabalho e masculinidade no setor elétrico a ser um inimigo indissociável do risco.

Palavras-chave: Trabalho; Risco; Masculinidade; Subjetivação; Mecanismos de defesa;

Abstract: This study is part of a dissertation (2011) which approach aspects related to the work's risk in the electricity sector. In this article, emphasis is given to an analysis of the notions of subjectivity of masculinity that pervade reality and work of electricians that are directly related to understanding the risk of accidents. Apart from the risk of physical accidents, it is understood that if the risks are in the realm of the unseen (socio-psychological). Among them is a subjective elements that constitute the ratio of workers with the notions of time, to be able to address the concept of risk. The speeches of workers are brought into dialogue with authors like Dejours, Giddens and Bourdieu. The text presents descriptive elements that enable elucidate the relationship between work and masculinity in the electricity sector to be an enemy inseparable from scratch.

Keywords: Work; Risk; Subjectivation; Subjectivity; Defense mechanisms;

¹ Mestre em Ciências Sociais pela UNISINOS e doutoranda em Sociologia pela UFRGS. Email julicesalvagni@gmail.com

Resumen: Este estudio es parte de una disertación de maestría (2011) que abordó aspectos referentes al riesgo de trabajo en el sector eléctrico. En este artículo, se da énfasis a un análisis sobre las nociones de subjetivación de la masculinidad que pasan la realidad de trabajo de los electricitarios y que están directamente relacionadas al entendimiento de riesgo de accidentes. Para más allá del riesgo de accidentes físicos, se comprende que los riesgos se constituyen en la esfera del invisible (factores socio-psicológicos). Se destacan elementos de orden subjetiva que constituyen la relación de los trabajadores con las nociones de tiempo, para ser posible abordar la concepción del riesgo. Las hablas de los trabajadores son puestas en dialogo con autores como Dejours, Giddens y Bourdieu. El texto trae elementos descriptivos que posibilitan elucidar las relaciones entre trabajo y masculinidad en el sector eléctrico a ser un enemigo indisoluble del riesgo.

Palabras-clave: Trabajo; Riesgo; Masculinidad; Subjetivación; Mecanismo de defensa;

Introdução

Este trabalho é parte de uma dissertação de mestrado vinculado com o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNISINOS (2011) que tratou do “Risco Invisível: um estudo sobre a subjetividade dos trabalhadores do setor elétrico”. A relação a ser apresentada neste estudo, acerca do entendimento da masculinidade enquanto temática constituinte da construção do conceito do risco nas relações de trabalho, refere-se a uma categoria de análise que surgiu a partir da pesquisa.

Na dissertação, como um todo, buscamos conhecer como é trabalhar sob o risco constante, e invisível, de acidentes de trabalho e em que medida isso é transformado em sofrimento psíquico pelo trabalhador. Mesmo porque, ao passar do tempo e ao avançar da tecnologia, estes processos de trabalho foram se transformando, mas o risco de adoecimento não deixou de ser uma constância nas organizações (POSSAMAI e GUARESCHI, 2007).

Além do risco de acidentes que mutilam o corpo do trabalhador, compreendemos que os riscos atualmente seguem na esfera do invisível - totalmente relacionados com os fatores sócio-psicológicos. Por este motivo, ao mesmo tempo em que o risco é um elemento constitutivo da subjetividade dos trabalhadores, as experiências pessoais do sujeito vão compor a sua representação do risco no trabalho. O contato com o risco é produtor de muita ansiedade, angústia e sofrimento, especialmente sendo este pouco reconhecido e, por conseguinte, difícil de ser controlado.

A pesquisa² compreendeu um estudo de caso onde se utilizou: entrevistas individuais, grupos focais, documentos e diários de campo. Para a aná-

² A coleta dos dados deu-se em uma empresa de montagem de redes elétricas, situada na cidade de Garibaldi-RS, entre os anos de 2009 e 2010.

lise, utilizamos a análise de discurso proposta por Laurence Bardin (1995), que é uma das ferramentas em meio à análise de conteúdo que nos permitiu uma compreensão de cunho semântico – ou relativo ao sentido – do que foi obtido junto aos trabalhadores do setor elétrico.

A noção de trabalho acerca do universo capitalístico³ é central ao entendimento do risco, na medida em que impõe padrões de produção e consumo que afetam sócio-psicologicamente estes sujeitos, inclusive quando dita os rumos e desejos de suas próprias vidas – que acabam sempre sendo guiadas pelo trabalho.

Esta pesquisa nos apontou que as questões acerca da masculinidade, que marcam constantemente os trabalhadores da área, também representam uma inscrição importante no sentido do agravamento do risco de acidentes de trabalho. Estes, e especialmente nesta amostra que trata apenas de homens, são desafiados a comporem a sua subjetivação da inscrição do masculino por intermédio da aceitação da exposição de um risco acentuado no ambiente de trabalho.

O trabalho de segurança nas empresas, embora venha mudando positivamente ao longo dos anos, ainda demanda muito trabalho teórico e prático no que se refere ao cuidado com o trabalhador. Em 888 especial, e provavelmente por se tratar de um campo de conhecimento técnico, há uma falta expressiva do entendimento do risco na dimensão psicossociológica, o que prejudica e desqualifica em muito as intervenções de segurança do trabalho.

1. O cenário de trabalho do homem eletricitário

As manifestações subjetivas implicam diretamente na forma do indivíduo se relacionar com o outro e conseqüentemente com o trabalho, ou seja, na produção de bens e serviços. Torna-se essencial estar atento às manifestações latentes das subjetividades que circulam no âmbito das empresas, isto é, prestar atenção ao “não dito”, atingir o inconsciente da demanda manifesta, pois ali reside a possibilidade de um acesso mais direto ao que há de mais singular tanto no indivíduo, quanto na organização. Faz-se mister atentar aos fatores que podem nos levar a superar os impasses criados pelo homem no universo do trabalho, tais como os múltiplos riscos produzidos no processo.

Há uma tendência contemporânea que não comporta o espaço necessário para o sofrimento enquanto potencializador do sujeito, mas sim como algo que deve ser camuflado e apartado. Uma possibilidade de fortificação do sujeito e de produção de saúde dentro das empresas mora justamente no reconhecimento do que o trabalho com os riscos pode provocar à subjetividade do trabalhador. Ou seja, faz-se necessário desvelar estas etapas de

³ Termo cunhado por Félix Guattari.

reconhecimento de um risco que vai além do técnico, para que as mesmas tenham espaço para serem vividas, sentidas e elaboradas dentro do espaço empresarial, como forma de promoção de segurança do trabalho.

Com o estudo, buscamos compreender como se caracteriza a concepção de risco para o trabalhador do setor elétrico e como isso repercute na sua subjetividade, especialmente enquanto a manifestação de um sofrimento sociopsicológico. Ainda, descortinamos a realidade dos trabalhadores do setor elétrico que convivem constantemente com o risco invisível a partir das relações que constituem suas subjetividades, principalmente no que as noções de gênero contribuem a esta elaboração.

Em um primeiro momento, propusemo-nos a descrever e entender o risco invisível e as suas interferências na produção de subjetividade vinculada ao trabalho. Dessa forma, os grupos focais articulados com a teoria nos trazem subsídios para, inicialmente, tornar visível a maior quantidade de riscos presentes no ambiente de trabalho dos eletricitários. Como já ressaltamos, o risco deve ser compreendido como todo e qualquer indicador de prejuízo ao trabalhador, o que ultrapassa o conceito do risco técnico e já controlado pela segurança do trabalho.

Esse risco mais amplo, portanto, vai incluir todas as relações de poder vigentes nas relações de trabalho; as implicações do trabalho no geral, nesta nova morfologia que amplia a definição de trabalho às mais diversas interferências do capitalismo na rotina dos-que-vivem-do-trabalho⁴ (ANTUNES, 2005); e os riscos já determinados por técnicos da área, evidentemente, que já compunham o cenário de riscos do setor elétrico.

Identificamos as redes sociais que compõem a realidade deste trabalhador, analisando o impacto do trabalho no lazer, na vida social e na qualidade de vida. Incluímos este tópico a ser discutido desde o início justamente pela marca do setor elétrico presente na fala dos trabalhadores, que narram o trabalho como algo que consome mais do seu tempo do que um trabalho com horário definido, com a característica do horário da indústria. Existem trabalhos que atrasam, que os obrigam a ficar fora de casa por algum tempo e o trabalho do final de semana, típico das situações onde não é possível fazer um reparo elétrico em horário comercial. Isso compõe algumas especificidades do setor, que interferem de forma direta na subjetividade dos trabalhadores, bem como no modo destes se relacionarem socialmente. Percebemos que há uma tendência de prejuízo das horas de repouso e uma rotina de horas extras bastante intensa, interferindo diretamente nos hábitos sociais dos trabalhadores.

Por outro lado, trabalhar com montagem de rede elétrica lhes garante uma profissão. Sendo assim, o que os diferencia do grande leque dos que trabalham com serviços manuais é a qualificação prática adquirida na

⁴ Termo usado pelo autor que define a classe trabalhadora de hoje.

profissão. Esse é um elemento importante de ser destacado no setor, uma vez que o trabalhador com experiência de trecho se torna mais valorizado e procurado pelo mercado de trabalho. Não obstante, essa particularidade traz uma posição social de destaque ao eletricitário, que faz da sua profissão uma marca identitária significativa, que carregará provavelmente pela vida toda.

Destacamos à presente pesquisa a necessidade de compreender o que esta profissão representa aos trabalhadores enquanto uma composição social e identitária, buscando elementos que possam estar relacionados com o sofrimento psíquico advindo da atividade laboral em um recorte de gênero.

2. Formação subjetiva e masculinidade

Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.
Vinicius de Moraes

A Psicodinâmica do Trabalho de C. Dejours (1988), teoria que ocupa espaço central nesta discussão, busca entender a coletividade de trabalho e não os indivíduos isoladamente. O autor afirma que é na organização do trabalho que devem ser buscadas as causas dos problemas mentais e que se as causas não são individuais, a solução também não pode ser individual. Por isso, a importância do reconhecimento das causas de sofrimento e das alterações que o trabalhar com o risco envolve na constituição dos sujeitos.

P. Guareschi e S. Grisci (1993) mencionam ainda a construção da subjetividade do trabalhador que se forma através da relação do trabalhador, como pessoa, com o contexto amplo da fábrica e da sociedade nas suas diversas formas de dominação. Nesta pesquisa, constatamos, por meio da fala dos trabalhadores, que há o medo da perda do emprego pelo não cumprimento do trabalho que envolve um alto nível de risco. Assim, os trabalhadores chegam a arriscar a própria vida para deixar o trabalho concluído, revelando uma importante forma de dominação, mesmo que não verbalizada. Isso porque os funcionários não precisam ouvir do responsável pela produção que eles devem fazer o trabalho arriscado, eles simplesmente sabem que se não o fizerem serão altamente mal vistos ou até punidos.

De fato, a empresa estudada preza pelo bem estar dos trabalhadores nesse sentido, evitando que eles se arrisquem em trabalhos de maior complexidade. Mas, segundo os próprios trabalhadores, em outras empresas a demissão pode ser imediata diante do descumprimento do trabalho que envolve o risco. Neste contexto, para garantir o emprego, a melhor decisão é executar a atividade sem refletir sobre as consequências que estas podem trazer.

Para J. Tittoni (2004, p. 02), que visibilizou através da fotografia a problemática de costureiras de Porto Alegre, “o trabalho produz uma infinidade de sentidos e significações para muito além das estratégias de geração de renda e de sobrevivência”. Assim, cada situação específica de um setor de trabalho deve ser entendida como algo produtor de subjetividade ao trabalhador, para além dos limites da empresa.

M. Veronese (2003) aborda as relações a partir do espelho da alteridade, explicando a constituição da identidade através da diferença que singulariza os sujeitos. Para a autora, o ser humano é

[...] portador de uma história singular tecida nas relações que estabeleceu, todo o acesso ao mundo é mediado, por isso ele, ou ela, é relacional por excelência. [...] O ser humano só se afirma num esforço de sentido, sem o qual não existe plenamente. Pensa-se e fala-se como o instrumental da linguagem, elemento que o costura ao mundo e a seus pares. (VERONESE, 2003, p. 2, grifo nosso)

Ou seja, o lugar do trabalho, quando atrelado pelo sujeito como algo da ordem da obtenção de objetos, fica mais próximo ao lugar de falta do que ao lugar de preenchimento. Essa teoria se aproxima muito da concepção de Dejours (1994), quando ele afirma que o trabalho se torna perigoso ao psiquismo no momento em que “ele se opõe à sua livre atividade” (p.24), consumindo por completo o simbólico deste sujeito a ponto de torná-lo invisível, ou alienado em uma linguagem marxista.

F. Guattari e S. Rolnik (1996) partem do entendimento da subjetividade desde a releitura da psicanálise e entendem a subjetividade como “produzida por agenciamentos de enunciação” (p. 31). Desta forma, a subjetividade entendida pelos autores tem uma compreensão mais social e das relações do sujeito com as análises do cotidiano, sem descartar a importância do individual. Assim,

[...] tudo o que é produzido pela subjetividade capitalística – tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam – não é apenas uma questão de idéia, não é apenas uma transmissão de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modelos de identidade, ou a identificação com pólos maternos, paternos, etc. Trata-se do sistema de conexões diretas entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instancias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 27, grifo nosso)

Pensando no setor elétrico, a subjetividade se produz a partir de todas estas relações do trabalhador, com o agravante de estar ele submetido ao ris-

co constante de acidentes de trabalho; o que, por sua vez, também modifica as regras do próprio trabalho, da relação com a família, com a sociedade, etc. De todo modo, as teorizações apresentadas serão importantes para pensar, em diferentes aspectos, a constituição da subjetividade do trabalhador elétrico.

Assim, a subjetividade

[...] está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.16, grifo do autor)

Será que nas empresas há espaço para que os indivíduos constituam as suas subjetividades de forma singularizada, no sentido proposto pelos autores? Em termos de segurança, os funcionários costumam dizer que os procedimentos do setor são padrões que não valorizam a individualidade e o modo de trabalho de cada um. Por exemplo, se o estabelecido é que o funcionário deixe o corpo inclinado para um lado ao realizar uma manobra, é cobrada dele sempre essa mesma postura? Mesmo que, se o fizer pelo lado oposto, nada interfira na sua segurança e ele eventualmente prefira inverter, estes procedimentos todos não levam em consideração a individualidade dos trabalhadores, gerando esta relação de alienação e opressão que tratamos acima, que sempre deixam o trabalhador operacional, da produção, em uma posição muda diante da própria forma de fazer o seu trabalho.

Neste jogo das relações,

[...] a subjetividade é produzida por agenciamentos na enunciação. Os processos de subjetivação, de semiotização – ou seja, toda a produção de sentido, de eficiência semiótica – não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instância intrapsíquicas, egóicas, microsociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam no funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representações, de imagens, de valor, de modos de memorização e de produção idéica, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc.). (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.31, grifo nosso)

Por esta ótica de produção subjetiva, o presente estudo pode ser lido sempre levando em consideração a complexidade das produções subjetivas. Assim, toda a “produção da fala, das imagens, da sensibilidade, a produção do desejo não se cola absolutamente a essa representação do indivíduo, além disso, “essa produção é adjacente a uma multiplicidade de agenciamentos sociais, a uma multiplicidade de processos e produções maquínicas, a mutações de universos de valor e de um universo histórico” (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p.32).

Isso quer dizer que a subjetividade não deixa de ser as afetações do sujeito e a forma com que ele vai transformar o mundo em que vive através das suas relações, “produzidas por instâncias individuais, coletivas e institucionais” (GUATTARI, 1998, p. 11).

Nesta proposta teórica, lidamos com uma relação que vai muito além daquela criada pela dicotomia sujeito-objeto, de onde se derivam uma série de correntes teóricas. Imbuídos desta perspectiva,

[...] essa subjetividade prática, aquém da relação sujeito-objeto, continua, com efeito, se atualizando através de coordenadas energético-espácio-temporais, no mundo da linguagem e de múltiplasmediações; mas o que importa, para captar o móvel da produção de subjetividade, é apreender, através dela, a pseudodiscursividade, o desvio de discursividade, que se instaura no fundamento da relação sujeito-objeto, digamos numa pseudomediação subjetiva. (GUATTARI, 1998, p. 38)

Para dar conta de apresentar neste estudo uma discussão que propõe a interlocução do risco com um recorte de gênero visto sobre o ponto de vista psicossocial, levantamos, não à toa, discussões que vão do trabalho capitalístico, pensado a nível mais generalista, ao sofrimento sócio-psicológico sentido individualmente por cada trabalhador do setor elétrico. Cada uma destas características se refere a uma dobra nos processos de subjetivação, conforme menciona R. Silva (2005), apropriando-se dos conceitos de G. Deleuze.

São muitas as inferências que se pode fazer com o nosso objeto de estudo e o processo de subjetivação proposto. A questão que salta aos olhos talvez seja a exploração da própria noção de dentro e fora, advinda da estrutura da dobra. A dimensão do risco faz parte dessa lógica que por vezes compõe o sujeito e por outras se apresenta de modo alheio a ele, mas mesmo assim o afeta – e sem que sequer ele possa controlar.

A relação dos sujeitos com as regras estéticas nos leva a incluir nas discussões sobre o risco aspectos da masculinidade, que vão ter referências diretas (especialmente na análise dos dados) com a forma com que estes trabalhadores lidarão, por um lado, com a necessidade de enfrentar o risco e, por outro, com a necessidade de provar, a todo custo, sua virilidade, coragem e,

portanto, o enfrentamento de “corpo aberto” da eletricidade. Focamos esta discussão nas teorizações de P. Bourdieu sobre a masculinidade; porém, há outras abordagens de absoluta relevância que não serão apresentadas neste trabalho, unicamente em razão de não se tratar de estudo cuja centralidade sejam as relações de gênero. Reconhecemos que o debate sobre gênero e sexualidade da atualidade se destaca pela ênfase em uma abordagem alternativa a esta compreensão ainda de ordem binária e heterossexual, contudo, e com vistas a um ganho analítico de sentido à realidade destes trabalhadores, consideramos esta uma teoria apropriada ao que se pretendeu tratar.

Enfatizamos uma teorização sobre a masculinidade, não só pelo fato de os homens serem a esmagadora maioria entre os que trabalham neste setor, mas também por serem notáveis as afirmações da masculinidade em virtude do trabalho ligado ao risco. É importante destacar, no entanto, que a relação da masculinidade com o risco é apenas um dos aspectos importantes a ser estudado. Existem outras tantas variáveis, não menos importantes, mas que serão aprofundadas em outros estudos.

Embora as questões acerca do gênero venham mudando ao longo do tempo, “a diferença anatômica entre os órgãos sexuais pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente constituída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho” (BOURDIEU, 2003, p.20).

O trabalho, socialmente construído em conjunto com outros tantos aspectos da humanidade, paralelamente à dominação do masculino, foi ditando formas diferentes de labor para homens e mulheres. Primeiramente, o fato das mulheres ficarem em casa para cuidar dos filhos e, em contrapartida, os homens dedicarem-se ao trabalho, foram marcando socialmente o gênero da dominação. Assim,

[...] a divisão das coisas e das atividades (sexuais e outras) segundo a oposição entre o masculino e o feminino recebeu a necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas, alto/baixo, em cima/embaixo, na frente/atrás, direita/esquerda [...]. Semelhantes na diferença, tais oposições são suficientes concordes para se sustentarem mutuamente, no jogo e pelo jogo inesgotável de transferências práticas e metáforas; e também suficientemente divergentes para conferir, em cada uma, uma espécie de espessura semântica, nascida da sobre-determinação pelas harmonias, conotações e correspondências. (BOURDIEU, 2003, p.16, grifo nosso)

Esse sistema de oposições descrito por Bourdieu fará com que o trabalho braçal, por exemplo, seja marcado pela virilidade do homem, enquanto às mulheres sobrarão os trabalhos mais leves e menos reconhecidos. Pensando nos trabalhos que envolvem riscos, pode-se pensar, de imediato,

na configuração de um tipo de trabalho ainda essencialmente marcado pelo masculino, o que de fato acontece.

Discorrendo sobre a formação da identidade masculina, é mais fácil para o homem estar à frente de uma função considerada superior, de dominação, a estar ocupando algum cargo já exercido ou caracterizado pela presença feminina. Ocupar cargos ou estar em situações comuns à mulher pode fazer com que o homem perca automaticamente o seu lugar de dominação; por isso o gozo do trabalho com o risco como algo importante na formação identitária.

Pensando nessa relação histórica e socialmente construída de dominação, a diferenciação é algo fundamental para a consolidação de uma identidade viril.

Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino ativo e o feminino passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo – o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como um desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada, ou mesmo, em última instância, como reconhecimento erotizado da dominação. (BOURDIEU, 2003, p.31)

Nesse sentido, trabalhar com o risco também é garantir uma posição de virilidade e garantia de dominação identitária masculina. Isso fica visível na fala dos trabalhadores do setor elétrico, que, ao mesmo tempo, mostram-se descontentes por trabalhar em algo sujo, pesado e que envolve tantos riscos, mas discursam orgulhosos por serem os únicos entre muitos capazes de fazer tal atividade. É também uma maneira de manter sua virilidade em épocas onde as mulheres já ocupam muitos cargos de trabalho que antes dos avanços do movimento feminista eram impensáveis.

O autor entende como virilidade “uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si” (BOURDIEU, 2003, p.67); o que vai ao encontro da formação da identidade – até porque uma está presente na outra e ambas se compõem mutuamente –, especialmente pela lógica da diferenciação como constituição identitária primeira.

Este enaltecimento da identidade ligada à virilidade também pode ser relacionado com a negação do risco pelos trabalhadores - além da negação do risco pelo próprio risco – já que, pela constituição hierárquica de dominação dos gêneros, enfrentar o risco “de corpo aberto” ou sem os equipamentos de segurança necessários pode ainda garantir esta virilidade masculina pelo trabalho.

Além disso, o maior risco é justamente quando se ignora o risco como forma de defesa, sendo mais perigoso para os trabalhadores a negação de uma situação perigosa que a preocupação sobre este risco.

Os arigós, como se referem a si mesmos, têm muito presente a força como instrumento primeiro de trabalho, já que para eles o trabalho se constitui no que diz respeito ao uso intenso do corpo numa construção material. Assim, a preocupação com o lazer e tempo de descanso para eles não é central, já que o trabalho parece estar emoldurado como uma constância, até mesmo no tempo livre, quando passam a dedicar-se ao trabalho de reforma e melhoria da casa, por exemplo, segundo relatos deste estudo.

Embora tratado com naturalidade por eles, o termo arigó é uma maneira muito comum dos trabalhadores se referirem aos sujeitos que têm funções ligadas à produção. O antônimo do arigó, segundo eles, é o funcionário que trabalha no escritório, sentado o dia inteiro em ambiente climatizado. Os arigós estariam expostos, como de fato estão, às mais diversas adversidades do clima e de diferentes ambientes, sendo os profissionais que vão operar o que os sujeitos do escritório projetam.

Isso tudo, porém, não exclui desta discussão o demérito que há por trás do conceito de arigó. Este usualmente é empregado para falar do funcionário não só que executa a tarefa, mas o que seria frequentemente considerado pouco importante ou relevante para esta cadeia produtiva.

Apesar do termo demarcar com nitidez a divisão do trabalho, os funcionários afirmam que preferem as atividades mais manuais e que não aguentariam ficar “trancados” dentro de uma sala o dia todo. Ainda, por obviedade, há muita incoerência no que foi projetado para a obra elétrica e o que de fato pode ser produzido, o que reforça ainda mais o discurso dos arigós sobre a falta de conhecimento da realidade por parte de quem não trabalha junto à produção, já que “para conhecer a rede elétrica é preciso estar em contato com ela”. Nisso podemos somar toda a virilidade presente no discurso de quem se honra por ser o operador e construtor de objetos, principalmente de tal risco.

Para P. Bourdieu (2003), este posicionamento sugere a manutenção do ponto de honra que é um sistema de estratégias de reprodução pelas quais

[...] os homens, detentores do monopólio dos instrumentos de produção e de reprodução do capital simbólico, visam a assegurar a conservação ou o aumento deste capital: estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias educativas, estratégias econômicas, estratégias de sucessão, todas elas orientadas no sentido de transmissão dos poderes e privilégios herdados. (BOURDIEU, 2003, p.62)

A manutenção dos postos de trabalho ligados diretamente à produção, especialmente os que exigem maior aperfeiçoamento e cuidado, garantem de alguma forma a posição da identidade do homem neste local de poder e dominação. O risco acaba vindo ao encontro da permanência de legitimidade do poder, na medida em que sustenta a profissão na virilidade masculina e dominante construída. Essa constatação pode ser vista de forma positiva, porque garante ao sujeito uma identidade profissional bem definida e fortalecida, por outro lado, o gozo no enfrentamento do risco para a manutenção de tal identidade vai se apresentar como um risco ainda maior.

Não raro, observamos trabalhadores desafiando o risco, como forma de sustentar sua própria identidade, de pôr-se a prova. Em contato com trabalhadores do setor, o risco chega a ser exaltado no sentido de sustentar esta identidade viril, muito embora, ao mesmo tempo, este risco não seja tratado como tal, como algo que coloque em pauta a segurança do trabalhador. O risco, assim, é também usado como objeto de identificação.

3. Sobre os riscos no setor elétrico

O que é visível, plenamente inteligível, é o caráter firme, audacioso, mesmo em sua tranqüilidade, de todos esses rostos crestados pelo sol, pela chuva e pelo vento.

Charles Baudelaire (Sobre a modernidade)

A fim de propor a diferenciação da unidade de risco e perigo, trazemos o conceito proposto por Serrano (2009), autor que o discute numa perspectiva sociológica. Para ele,

[...] ao utilizar a diferença risco/perigo, partimos do pressuposto de que todo observador precisa de uma diferença ou distinção, porque de outra forma não poderia caracterizar o que pretende observar. Entretanto, um observador não pode observar o outro lado da diferença quando está usando a diferença, porque a transição de um lado para outro necessita de tempo. É por isso que quem observa com o olhar do risco não pode - ao mesmo tempo - observar com o olhar do perigo. (SERRANO, 2009, p. 234)

Apenas por volta século XV é introduzido o conceito de risco para caracterizar situações que, se supõe, não estavam bem caracterizadas com termos muito antigos como sorte, perigo, acaso ou medo. Ou seja, o risco é um complexo cultural, conceito próprio da modernidade (SERRANO, 2009). Pensando no nosso objeto de estudo central, o risco dos trabalhadores do setor elétrico, poderíamos definir, segundo a proposta do autor, que a eletricidade é perigosa, mas o fato de trabalhar com a eletricidade – assim como a todos os demais fatores aqui implícitos – expõe os funcionários a uma situação de risco.

O autor ainda considera outros aspectos do risco, como a sua dimensão econômica, ecológica e etc., descrição que não faremos nesta ocasião. Contudo, é importante ressaltar que o conceito de risco, para o nosso entendimento, é amplo, situacional e que implica uma vasta cadeia de relações. Isso faz com que as situações de risco sejam tão difíceis de serem descritas e, principalmente, de serem controladas.

A. Giddens (2002) faz uma reflexão ontológica sobre a segurança, percorrendo a noção de risco no sentido amplo, podendo ser aplicado a diversas situações. O autor recorre à psicanálise da infância para compreender os processos de estruturação da identidade, o que será fundamental para a subjetividade do sujeito adulto. Para ele, “a manutenção da vida, nos sentidos corporal e da saúde psicológica, está inerentemente sujeita ao risco” (GIDDENS, 2002, p. 43).

Para compreender melhor a origem dessa concepção de risco, utilizamos o risco invisível presente em situações de trabalho. O autor descreve a criação da confiança básica dizendo que

[...] a confiança básica é um dispositivo de triagem em relação a riscos e perigos que cercam a ação e a interação. É o principal suporte emocional de uma carapaça defensiva ou casulo protetor que todos os indivíduos normais carregam como meio de prosseguir com os assuntos cotidianos. (GIDDENS, 2002, p. 43, grifo nosso)

Este processo de desenvolvimento da confiança básica no início da vida é uma marca essencial à noção de segurança para a vida adulta. “Indivíduos normais” são justamente os que fazem este vínculo inicial de segurança com o cuidador, vínculo este essencial para a manutenção de uma identidade estruturada do adulto.

O entendimento de confiança básica inicial pode ser entendido, mesmo quando usado para descrever uma cena inicial da infância, nas mais diversas formas sociais, como é o caso do trabalho. Se os trabalhadores tiveram um vínculo de confiança com a empresa, que se mostra preocupada com o bem estar do funcionário, por exemplo, cedendo equipamentos de proteção individual e estimulando o uso e importância dos mesmos, já estaria sendo proporcionada, seguindo a lógica de Giddens, a noção da segurança ontológica.

A confiança é “o modo de lidar com as ausências de tempo e espaço implicadas na abertura do espaço potencial” (GIDDENS, 2002, p. 45). Suportar estas ausências, principalmente no início da vida, para o entendimento da psicanálise, é o que vai proporcionar uma vida mais segura, com menos medos e ansiedades. Confirma a simbologia de uma função materna que vai e volta, dando a segurança ao bebê nas ausências que podem ser sentidas e suportadas.

Usando esta lógica como representação do nosso estudo, as empresas também têm o dever de provocar situações que permitam que o trabalhador crie uma segurança do trabalho. Para tanto, o risco deve ser reconhecido, nomeado e tratado às claras com os funcionários.

A passagem discursiva do risco – invisível para visível – é essencial na produção da segurança ontológica e na consequente diminuição da ansiedade dos funcionários. Ora, se diminui a ansiedade também se reduz o sofrimento psíquico e, conseqüentemente, alguns riscos.

A. Giddens (2002) entende como invisível “o que não pode ser posto em palavras” – sendo os intercâmbios com pessoas e objetos ao nível da prática diária – o que vai constitui a condição necessária do que pode ser dito, dos significados envolvidos na consciência prática (p. 45). Assim, o trabalho de tornar o invisível algo visível se dá na prática discursiva, o que vai possibilitar a tomada de sentido e produção de significados.

Este processo, de tornar o risco invisível em algo visível, ou dizível, é o que consideramos parte da condição necessária para a elaboração do sofrimento psíquico. Algo que fica na ordem do invisível – e, portanto, indizível – vai ser o grande produtor da ansiedade e da falta de segurança ontológica. Assim,

[...] todos os indivíduos desenvolvem um referencial de segurança ontológica de alguma espécie, baseado em vários tipos de rotinas. As pessoas lidam com perigos, e os medos associados a eles, em termos das “formulas” emocionais e comportamentais que passam a fazer parte do seu comportamento e pensamento cotidiano. A ansiedade também difere do medo na medida em que diz respeito (inconscientemente) a ameaças percebidas à integridade do sistema de segurança do indivíduo. (GIDDENS, 2002, p. 47)

A sensação de segurança “é muito mais importante no ser humano do que os impulsos resultantes das sensações de fome ou de sede” (GIDDENS, 2002, p. 47). Isso se justifica porque a segurança ontológica, aqui compreendida em sentido muito amplo, é a condição necessária para que o indivíduo possa viver com um sentimento de proteção, que é fundamental para que ele possa desfrutar de certa tranquilidade.

Naturalmente, essa sensação de segurança não vai ser constante e os momentos de sofrimento e angústia vão existir, não só no ambiente de trabalho, como em todos os aspectos da vida em geral, das quais essas características são inerentes.

A polaridade confiança/desconfiança é organizada em torno de relações entre projeção e introjeção como mecanismos da personalidade. A introjeção infantil, segundo Freud, assimila a bondade externa e a certeza interna; a projeção trata um dano interno como malevolência externa. Esses mecanismos, baseados eles próprios na identificação, acabam sendo recobertos por várias

formas psíquicas mais maduras. Mas retornam ao primeiro plano em situações extremas de ameaça ou crise. Subsequentemente, a maturação física do corpo prepara o terreno para a transição a uma nova fase do desenvolvimento. (GIDDENS, 1989, p. 33 e 34, grifo nosso)

Pelo relato dos eletricitários, eles se acostumam a trabalhar com o risco de acidente e, portanto, precisam lidar continuamente com o sentimento de insegurança do trabalho. Uma relativa sensação de segurança é criada pela rotina do trabalho com a eletricidade. No entanto, não é preciso um grande evento para que esta suposta sensação de segurança dê espaço à insegurança (ou desconfiança) frente à relação com o trabalho ali colocada, fazendo com que o trabalhador utilize-se de mecanismos de defesa. Um exemplo de situação provocadora dessa instabilidade ao funcionário é quando acontece um quase-acidente, um evento sem gravidade, mas que poderia ter sido um acidente grave. Isso já é suficiente para trazer à tona uma mudança nos mecanismos de personalidade.

Para o entendimento das estratégias coletivas de defesa propostas por C. Dejours (1999), iniciaremos com uma breve descrição desse mecanismo na sua operação individual, trazido pelo autor da psicanálise. Para o autor,

[...] ao invocar a “interiorização” das pressões, mas por meio de estratégias de defesa contra o sofrimento: as estratégias coletivas de defesa, como por exemplo, na construção civil ou na indústria química, mas também as estratégias individuais de defesa, como a repressão pulsional entre os trabalhadores submetidos a um trabalho repetitivo com imposição de prazos, defesas que, a meu ver, sempre apresenta um risco potencial para a autonomia subjetiva e moral. Assim, o trabalho se revela essencialmente ambivalente. Pode causar infelicidade, alienação ou doença mental, mas pode também ser mediador da auto-realização, da sublimação e da saúde. (DEJOURS, 1999. p. 98)

Porém, as estratégias individuais de defesa

[...] têm importante papel na adaptação ao sofrimento, mas pouca influência na violência social, visto que são de natureza individual. A psicodinâmica do trabalho descobriu também a existência de estratégias coletivas de defesa, que são estratégias construídas coletivamente. Se, mesmo nesse caso, a vivência do sofrimento permanece fundamentalmente singular, as defesas podem ser objeto de cooperação. As estratégias coletivas de defesa contribuem de maneira decisiva para a coerção do coletivo de trabalho, pois trabalhar é não apenas ter uma atividade, mas também viver: viver a experiência da pressão, viver em comum, enfrentar a resistência do real, construir o sentido do trabalho, da situação e do sofrimento. (DEJOURS, 1999. p. 103, grifo nosso)

Partimos da premissa de que a negação do risco por parte dos trabalhadores do setor elétrico se deriva, em grande parte, da ativação inconsciente dos mecanismos de defesa, essenciais para que o trabalhador consiga manter-se trabalhando em contato com o risco.

Um bom exemplo que podemos trazer vem ilustrado por um dos momentos do grupo focal com uma das equipes, enquanto discutíamos os vídeos trazidos por eles. Visualizando os vídeos na execução do próprio trabalho, estava registrada uma brincadeira flagrando motorista da equipe que dormia na calçada durante o intervalo do almoço. Na situação, os demais componentes do grupo o cercaram com as fitas usadas para marcar a área de trabalho (fitas plásticas de cores pretas e amarelas) e as colocaram próximo a ele um cartaz escrito “local proibido”. Quando ríamos da brincadeira feita pela equipe um deles comenta que ‘só mesmo fazendo alguma brincadeira para conseguir trabalhar’.

A afirmativa ressalta a importância dos mecanismos de defesa à saúde destes trabalhadores. Através das brincadeiras, que podem parecer tolas e ingênuas, se ressaltam elementos importantes do fato de se trabalhar em um local perigoso. Ainda, outros exemplos, como acerca do relacionamento de grupos, vemos que há a criação de conflito também como uma maneira de desviar o foco colocado no risco da atividade.

Por outro lado, este mecanismo põe o funcionário em risco na medida em que lhe pode conferir uma segurança para o trabalho que ele não tem e, assim, deixá-lo à vontade para arriscar-se nos momentos que exigiriam maior controle se segurança.

Obviamente, tais estratégias tendem a agravar o risco, em vez de limitá-lo. Na verdade, funcionam somente em relação à percepção do risco que elas procuram banir da consciência. Ao contrário, com efeito, constata-se que no canteiro de obras se proíbe qualquer discurso sobre o medo, e que existem igualmente tabus associados a tais comportamentos de bravata, de resistência às normas de segurança, de indisciplina diante da prevenção etc. (DEJOURS, 1999. p. 103 e 104, grifo do autor)

Muitos dos funcionários, referindo-se ao momento do acidente, tratam o episódio como um “descuido”, ou um “esquecimento”. Ora, evidente que isso é um aspecto humano, que nos leva com frequência ao descuido do esquecimento. Porém, podemos tratar esses aspectos como um momento em que o funcionário estava operando sobre o comando dos mecanismos de defesa.

Esse mecanismo de defesa, seja individual ou coletivo, é produtor da eufemização do risco. Com isso, a eufemização imaginária da realidade “não é mais entendida como uma simples mentira, como uma enganação, pois permite ao homem seguir vivendo e exorcizando o mal da morte e o absurdo da vida, ao injetar-lhe esperança” (VARGAS, 2004/2005, p. 19).

Por esta razão, a própria reclamação

[...] enquanto tentativa de eufemização dos constrangimentos e do sofrimento no trabalho, leva a termo sua finalidade, espantando muitas vezes o tédio e propiciando até mesmo que a queixa e o lamento apareçam de forma lúdica. Além disso, como outros mecanismos coletivos de defesa, adquire mais força ao se radicalizar em ideologia defensiva, o que acaba por servir à própria organização do trabalho: as pessoas reclamam, mas não deixam de executar a tarefa da melhor forma que podem - apesar de todas as contradições presentes na mesma, e muitas vezes acabam por reclamar mais dos colegas do que, propriamente, da empresa em questão. Portanto, a reclamação, enquanto mecanismo de defesa canaliza a irritação preservando a execução da tarefa, mostrando por isso, ser uma genuína manifestação da psicopatologia da normalidade no trabalho. (HALLACK; SILVA, 2005, p. 78)

Notamos que a reclamação é constante entre os trabalhadores do setor elétrico, que se descrevem, na maior parte do tempo, conforme observado nos grupos focais, descontentes ou desgostosos com o seu trabalho. Porém, agora sabemos que isso tem relação direta com o fato de trabalharem com o risco e precisarem, de alguma maneira, defender-se desse peso que é estar em constante tensão.

Isso é o que garante que o trabalhador permaneça trabalhando – ou suportando o fato de estar correndo risco de morte iminente. Por outro lado, o leva a crer que o risco não é tão danoso quanto parece, fazendo com que ele deixe de lado os cuidados com o trabalho por ignorar que o risco existe. Esse fenômeno pode ser visto nos coletivos que, inclusive, compartilham essa eufemização do risco no trabalho.

No caso do trabalho de caráter coletivo (construção civil e obras públicas) trata-se de tarefas de grande envergadura que exigem vários dias ou mesmo várias semanas ou meses para a sua realização. O trabalho em equipe e a participação num grupo de operação cujo sentido é compreendido pelo conjunto dos operários tornam possível a realização de defesas coletivas. (DEJOURS, 1988, p. 40)

Enquanto eles compartilham o trabalho, compartilham também os sentimentos frente ao risco e suas estratégias defensivas. A própria falta de cooperação entre os colegas de equipe pode ser uma ilustração do mecanismo de defesa que ali opera. De qualquer modo, é notável que, mesmo individual ou coletivamente, os mecanismos de defesa sejam um mal necessário ao enfrentamento da atividade laboral.

O autor ainda destaca outras duas formas de comportamento comuns a esses trabalhadores que lidam diretamente com o risco, ambas confirma-

das pela nossa pesquisa: o uso bastante difundido do álcool e a proibição de verbalizar o medo, usando, por sua vez, a exibição de seus antônimos (DEJOURS, 1999).

Não aceitar partilhar o álcool, adotar condutas tímidas ou que denotem medo, recusar participar das provas de desafio ao risco, etc., tudo isso é infalivelmente considerado não uma atitude de sofrimento, e sim uma atitude feminina ou de “fresco”. Furtar-se à estratégia coletiva de defesa é expor-se ao descrédito, ao desprezo, à exclusão da comunidade dos homens e por vezes até mesmo à perseguição implacável, aos golpes baixos, às armadilhas, às ciladas preparadas pelos outros. É correr o risco de tornar-se o alvo da vingança coletiva, que sempre toma a forma de insulto, de desqualificação e até de violência e humilhações sexuais. Tais estratégias são presentes em todas as situações de risco: química industrial, energia nuclear, pesca em alto mar e, obviamente, no Exército, onde os trotes adquirem as dimensões que conhecemos notadamente, nos batalhões disciplinares, na Legião Estrangeira, nos comandos, etc. A estratégia de defesa do cinismo viril observada entre os gerentes das empresas de ponta apresenta as mesmas características estruturais que a dos operários em construção. (DEJOURS, 1999. p. 104, grifo nosso)

De fato, notamos que, entre os trabalhadores estudados, os comportamentos citados pelo autor de forma generalizada são frequentes. Contudo, entendemos que existem aspectos ligados aos conceitos de cooperação/individualização – que dialogam com toda a lógica de trabalho capitalista e hierarquizado – que servem para aprofundar os motivos pelos quais esses padrões se estabelecem. Essas questões retornarão para um estudo em profundidade em uma das categorias analíticas.

Sendo o trabalho um componente central na constituição do sujeito, este vai ser um espaço onde a produção da sensação de segurança – ou não – vai abarcar diretamente a constituição de uma subjetividade de mesma espécie. Aqui mora a relevância de se estudar a dimensão dos riscos invisíveis enquanto produtores diretos de sofrimento psíquico no trabalho.

C. Dejours, quando trata do “fator humano”, afirma a dificuldade dos profissionais psicossociólogos ou sociólogos na inserção da temática da segurança do trabalho. “Engajar-se nesse campo é marchar a descoberto, sem a proteção do conhecimento” (DEJOURS, 2003, p. 20). Aqui, ele discute sobre a dificuldade de se manter um trabalho na área da segurança, que demanda um amplo conhecimento do homem, ou das ciências humanas, e do processo de trabalho que vem da ergonomia, ou das ciências da natureza. Assim, para o psicossociólogo ou sociólogo

[...] é muito difícil aventurar-se pelo que desconhecer sobre o conceito de trabalho, no que ele não é, em geral, um especialista. Ao

contrário, para o ergonomista ou para o técnico de segurança do trabalho que se interessa pela falha humana, é difícil empenhar-se no terreno do homem, do sujeito e das relações sociais, porque ele não é, em geral, um especialista em psicologia ou sociologia. (DEJOURS, 2003, p. 20).

Esta problemática epistemológica, na medida em que ainda não compreende uma área de estudo que dê conta da demanda posta, faz com que lancemos a questão: quais as dimensões da conduta humana elucidadas pelas ciências do homem no trabalho que deveriam ser reconduzidas em toda teoria do fator humano, independente de sua orientação e de sua metodologia? (DEJOURS, 2003, p. 20).

Os acidentes de trabalho costumam ser tratados ou como um erro por parte do trabalhador que não cumpriu o procedimento, ou como uma insuficiência no procedimento, razão do aumento das exigências de uso de equipamentos por parte dos trabalhadores. Na nova proposta do trabalho, sobretudo em se tratando do risco,

[...] deve-se admitir que o trabalho não decorre jamais da “execução”, mas que todo trabalho implica uma parte de gestão da distância entre a organização do trabalho prescrito e a organização do trabalho real, isto é, que ele decorre ainda, por um lado, de uma dimensão estritamente humana, e mesmo inter-humana, resultante da ação. (DEJOURS, 2003, p. 25)

Desta forma, é possível admitir a subjetividade do trabalhador como parte integrante do risco invisível. Assim, essa parcela de subjetividade, quando incluída entre as propostas de intervenção da empresas no que diz respeito à criação de um espaço para o cuidado do ser humano, contribui para amenizar as formas de sofrimentos psíquicos que também colocam em risco a vida do sujeito no ambiente de trabalho. “Trata-se, pois, de direcionar desta vez a investigação científica para os processos intra-subjetivos e intersubjetivos e para as relações entre os indivíduos e a organização” (DEJOURS, 2003, p. 26).

Por isso a importância de trabalhar com estes dois olhares acerca do mesmo assunto de forma integrada. A segurança do trabalho ainda é uma área muito desafiadora às ciências humanas, que pouco tem se implicado nesta discussão.

Considerações finais

As instâncias que relacionam risco, trabalho e gênero estão enraizadas no que ainda se admite enquanto subsequente ao modelo capitalístico – de produção, de compra, de venda – ou seja, de sobrevivência. Esta esfera, por

estar atrelada aos modos de vida da sociedade contemporânea num sentido irrestrito, nos deixa pouco espaço para pensar em grandes mudanças no cenário do trabalho que não sejam levadas a cabo pelo caminho da política.

Contudo, aos que cuidam da segurança do trabalho, é notável um distanciamento entre as ciências humanas e as engenharias, o que dificulta o trabalho multidisciplinar. As questões acerca do risco ainda são pouco discutidas – inclusive academicamente – e há dificuldades de criar um diálogo comum entre o que se produz nas esferas sócio-psicológica e ergonômica (aqui entendida como uma das áreas da engenharia de segurança).

O trabalho do profissional atento ao cuidado psicossocial dos trabalhadores em empresas – assim abrangemos a participação de todo e qualquer cuidador, indiferente da sua formação – é um grande desafio. Contar com uma equipe ampla de cuidado ao risco indispensavelmente preparada pela tal é a prerrogativa primeira. Esta equipe precisa manter um diálogo próximo, atento às demandas dos trabalhadores e disposta a entrar em certo atrito com segmentos das empresas, como o de produção, financeiro, vendas, etc. No mais, tratar dos aspectos que envolvem a construção subjetiva da masculinidade e das suas relações com o agravamento da exposição ao risco por parte dos trabalhadores também se mostra como uma estratégia na tentativa de dissolver as concepções inscritas historicamente acerca da compressão da masculinidade em relação ao trabalho, possibilitando a criação de novos crios ideológicos que possam vir a compor práticas de trabalho mais seguras.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre uma nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Psicodinâmica do trabalho**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **A banalização da injustiça social**. 1. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. **Fator humano**. 4. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GUARESCHI, Pedrino A.; GRISCI, Carmem Ligia Iochins. **A fala do trabalhador**. Rio de Janeiro : Vozes, 1993.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografia do desejo**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 1998.

HALLACK, Fernanda Sansão; SILVA, Cláudia Osório da. **A reclamação nas organizações do trabalho: estratégia defensiva e evocação do sofrimento**. *Psicologia & Sociedade*, 17 (3), 67-72; set/dez: 2005.

POSSAMAI, Hélio; GUARESCHI, Pedrinho Alcides. Minha culpa, meu destino: representações sociais dos acidentes de trabalho. In. GUARESCHI, Pedrinho A (Org.); VERONESE, Marília. Veríssimo. (Org.) . **Psicologia Social e Cotidiano: Representações Sociais em Ação**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SERRANO, José Luis. **Diferença Risco/Perigo**. *Novos Estudos Jurídicos*. Vol. 14 – n. 2 – p. 233-250, 2009.

SILVA, Rosane Neves. **A invenção da psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

TITTONI, Jaqueline. Subjetivação e trabalho: reflexões sobre a Economia Solidária. In. **A questão Social no Novo Milênio**. Coimbra: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004.

VARGAS, Antonio. **Do valor da prática a prática de valor**. *Ponto de Vista*, Florianópolis, n. 6/7, p. 11-25, 2004/2005.

VERONESE, Marília. Veríssimo. **Na direção de uma psicologia social crítica do trabalho**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2003 (Paper).

Artigo recebido em 15/01/2013, aceito em 05/09/2013